

* *
*

HOFSTADTER (R.), MILLER (W.), AARON (D.). — *The United States, the history of a Republic*, — 2nd edition, Copyright 1957, Prentice-Hall Inc., New Jersey, U.S.A., 1967.

A presente edição do livro, aparece revisada e modernizada pelos autores, que pretendem assim fornecer aos estudantes de cursos médios “desta geração”, “uma síntese da história americana”.

Da expansão europeia no século XV à administração Johnson nos Estados Unidos, a obra percorre em cerca de 900 páginas, mais de cinco séculos de história. A preocupação de fornecer uma imagem o mais possível completa do país americano não se restringe ao relacionamento América-Europa, mas também busca na pré-história a formação do elemento indígena do continente. A parte mais importante do livro é dedicada aos Estados Unidos como país independente, ênfase já explícito no sub-título.

Sem fugir à apresentação tradicional da evolução histórica americana, os autores tentam trazer informações para uma abordagem mais atual. Assim, entre temas como “General Jackson and his Times” e “The Southern Nation” encontra-se “America in Ferment”, onde percebe-se a intenção de precisar valores sociais tais como: mentalidade, literatura, arte e educação.

Apesar de não tentarem uma interpretação, certos trechos mostram a preocupação de frisar particularidades dentro de generalizações:

“*Democracy meant (to many, if not to all) social as well as political equality*”.

Demonstrando claramente a intenção de serem somente uma iniciação ao assunto, os 31 capítulos apresentam vasta bibliografia em língua inglesa, completada na parte final do livro por um Apêndice, que nos informa sobre bibliografia, periódicos e fontes. Encontramos aí, referências à história diplomática, militar, econômica, cultural e intelectual, entre outras. O Apêndice nos introduz também, a alguns documentos básicos da história política americana tais como: a Declaração de Independência, a Constituição dos Estados Unidos da América e a presidência, vice presidentes e membros de governos no período de 1789 a 1963.

Completam a obra mapas, ilustrações e fotografias.

M. STELLA BRESCIANI

* *
*

LAMBERT (Jacques). — *América Latina: estruturas sociais e instituições políticas*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo, Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo. 1969. 435 págs. (Cultura, Sociedade, Educação, v. 2).

A América Latina insere-se definitivamente no contexto da atualidade como uma unidade sem par, com um presente de transição e com perspectivas futuras de longo alcance.

O estudo lúcido, profundo e inteligente que faz J. Lambert da evolução da tipologia, das contradições e das experiências latino-americanas no campo social e político, é realmente único na bibliografia contemporânea.

As estruturas sociais e econômicas da América Latina foram montadas a partir da colonização, quando a ilusão originada na grande quantidade de metais e de produtos agrícolas desembarcados nas Metrópoles fazia supor prosperidade e organização. “Muito bem explorada e muito mal desenvolvida” a América Latina foi arrastando sua letargia colonial e chegou às independências nacionais sem o preparo necessário para atividades econômicas diversificadas, bem assim para ideologias e instituições democráticas. Somente a partir da 2a. Grande Guerra, com o despertar das classes médias, com o crescimento industrial e populacional e com as repetidas agitações políticas é que a América Latina passou a projetar-se. Dividiu-a o Autor em “países já desenvolvidos” (Argentina, Uruguai e Chile), em “países desigualmente desenvolvidos” (Brasil, Colômbia, Venezuela e México) e “países subdesenvolvidos” (Paraguai, Bolívia, Perú, Equador, Guianas, Nicaragua, Honduras, Guatemala, São Salvador, Haiti e República Dominicana). Para os casos de Cuba, Costa Rica e Panamá usou a denominação “situações aberrantes” por seus contrastes, instabilidade de dados e absoluta impossibilidade de previsões.

São inevitáveis a instabilidade política, o atraso em relação à toda espécie de inovação social, política e econômica e os desarranjos de toda ordem nessa “penca” de países em tal situação de desenvolvimento.

A independência não teve seu terreno preparado e em muitas das nações o espírito da colonização perdura, e bastante. A estrutura social que se construiu foi a que permitiu aos colonizadores satisfazerem seu espírito de dominação, fôsse sobre os astecas e incas, fôsse sobre os negros escravos, nas regiões onde reavavam os indígenas (casos brasileiro e antilhano). E assim permaneceu após a independência, como nas formas de exploração econômica, nas formas de propriedade, no povoamento e na orientação das vias de comunicação. O que de mais nefasto o Autor vê em tal estado de coisas é a generalizada

“tendência de todos os que estão integrados na sociedade dominante herdeira dos colonizadores, ricos ou pobres, operários e empregados das cidades, funcionários ou burgueses — a encerrar como indígenas que devem ser governados, não só os ameríndios que permanecem em suas comunidades pré-colombianas, mas também todos os demais camponeses atrasados que ainda permanecem isolados, à margem da sociedade nacional” (pág. 79).

Insiste Lambert na discussão das “independências sem descolonização” e na “deteriorização das condições dos indígenas” após a emancipação política. A primeira parte continua a desenrolar-se (págs. 85 a 131) estudando o problema do grande proprietário e da responsabilidade dos latifúndios na morosidade da evolução social. A história social da América Latina pode toda ser traçada a partir dos latifúndios —

“grandes propriedades exploradas por métodos arcaicos e parcialmente explorados”.

O fato de ter a grande propriedade permitido a justaposição entre poder econômico e poder político trouxe para a América Latina características verdadeiramente medievais. O choque de tal regime com o capitalismo introduzido nos séculos XIX e XX foi inevitável e prejudicial. As origens do latifúndio, o tipo de trabalho, e as relações humanas que nele se desenvolvem são analisados para sedimentar o capítulo IV. Este demonstra claramente como e porque tal tipo

de regime econômico de terras pôde impedir a evolução social e como é urgente que se concretizem as reformas agrárias que vem sendo legisladas e tentadas nos diversos países em foco, notadamente a partir da década de 50.

A educação e a cultura só agora, e com certo constrangimento, vem sendo democratizadas e nacionalizadas. Parece difícil o desapêgo à valorização excessiva do ensino superior e do humanístico em detrimento do primário e do técnico-científico, e ao prestígio de certas profissões em relação a outras. Tal estrutura sufoca, de certo modo, os estudantes que encontram poucos caminhos profissionais. Não é por nada que

“constituem êles o elemento revolucionário ativo por excelência na América Latina” (pág. 142).

A vida política tem se caracterizado igualmente por conturbações, contrações e instabilidade. Mas a excessiva generalização é perigosa, tanto no que refere às durações (alguns países tem tido longos períodos de estabilidade política) quanto às comparações entre um e outro.

“Englobar num mesmo julgamento a vida política do Chile ou do Brasil e a da Bolívia ou do Haiti é tão legítimo quanto fazê-lo em relação à Inglaterra e aos países escandinavos, por um lado, e os países balcânicos, por outro” (pág. 146).

Encontrar a causa da instabilidade apenas na formação étnica (o espanhol ingovernável e o indígena e africano submissos) e generalizar o conceito de que a ditadura é uma necessidade social na América Latina, é raciocínio demasiado simplista que já não se justifica hoje. As revoluções e regimes autoritários, sobretudo militares, caracterizam, atualmente, em todo o mundo, os países em desenvolvimento

cuja estrutura econômica e social arcaica se transforma rapidamente sob a influência das técnicas e das ideologias emprestadas a países mais adiantados” (pág. 148).

Estas filosofias avançadas, desde os tempos coloniais, tem-se chocado com as estruturas sociais atrasadas latino-americanas, porisso os processos revolucionários e de centralização do poder foram difíceis.

O paradoxo é freqüente em quase todos os aspectos latino-americanos: a ditadura tem sido constante e constante tem sido a perseguição ao ideal democrático, em boa fé; aqui cabem às sociedades arcaicas e às evoluídas, a ignorância e as teorias filosófico-políticas avançadas. A dita corrupção e o conseqüente “papalório” burocrático, como um dos meios de evitá-la, a demagogia barata, a falta de convergência da opinião pública, são muito bem analisados pelo Autor, êsse francês profundamente conhecedor dessa idiosincrasia latino-americana, e que tão bem se nos aplica, a nós brasileiros.

Os partidos e as forças políticas ocupam alentada parte da obra e, parece-nos mesmo, ter sido a mais bem cuidada por Lambert (págs. 191 a 311). Coronelismo, caciquismo, caudilhismo e militarismo, sua origem; sua ação e poder que influem decisivamente nos partidos, nas eleições e no destino de nossas repúblicas, tornando, ô mais das vêzes, impotentes as forças da democracia ideal. Conservadores e reformadores, com tôdas as nuances e denominações que passam ter,

atuam na América Latina. O sindicalismo, os partidos populistas, a democracia cristã e o comunismo são forças nevrálgicas na Ibero América de nossos dias. O afastamento das antigas oligarquias parece ser ideal comum e tem gerado o

“movimento pendular das intervenções militar contemporâneas”.
E num precioso “Quadro das principais intervenções militares na política latino-americana de 1930 a 1962”.

O Autor mostra-nos uma a uma, por ano, por país, natureza da intervenção e sua tendência ideológica.

O federalismo artificial que se impôs na América, unindo regiões díspares, quer geográfica, quer sócio-econômicamente falando, é apresentado desde seus fundamentos históricos. Seus casos particulares são vistos em detalhe (Venezuela, Argentina, México e Brasil) e em suas semelhanças e diferenças com o norte-americano. Sôbre as administrações locais tem sido freqüentes as intervenções federais. O que fica claramente demonstrado na América Latina é a tendência à “preponderância presidencial”, e que Lambert procura distinguir de “regime presidencialista”. Estabelece-se com isso uma “ruptura do equilíbrio entre os poderes em favor do presidente”.

“O vício inerente ao regime de preponderância presidencial na América Latina não é, como se afirma muitas vezes, sua capacidade de engendrar as ditaduras, pois elas se produziriam do mesmo modo, e mais facilmente sob outros regimes; mas sim o de prestar-se a dissimular as ditaduras sob formas constitucionais, que o ditador não é obrigado a violar abertamente. Pode acontecer que a diferença entre um presidente que respeita a Constituição e um ditador esteja menos na extensão dos poderes de que dispõe, do que no uso que faz desses poderes: apenas o último age arbitrariamente, mas um e outro podem ser igualmente autoritários” (pág. 376).

As particularidades dos sistemas eleitorais respectivamente (sufrágio universal, partidos oficiais, continuismo) ligados a essa preponderância, os ministérios, as nomeações, os vetos presidenciais e as suspensões das garantias constitucionais são analisados pelo Autor, com inúmeros exemplos, nos diversos países em estudo. O impacto que sofre o poder legislativo e os fatores sociais que geram a preponderância presidencial são os temas dos capítulos que se seguem e fazem-no chegar à conclusão de que

“enquanto não se resolver a contradição entre as ideologias e as estruturas, é inevitável que a vida política latino-americana seja perturbada, e inevitável sobretudo, que, em países onde a mudança deve ser tão profunda e tão rápida, o poder executivo deva dispor de liberdade de ação bem maior do que nos países já desenvolvidos... Seriam vão os esforços obstinadamente realizados na maior parte da América Latina, se governantes dotados de amplos poderes não os utilizassem com mais energia para promover a ascensão de toda a população à cultura e aos modos de vida que, até o presente, têm sido privilégio da classe dirigente” (pág. 422).

Para a orientação bibliográfica uma apreciação à parte: realmente notável, um precioso levantamento, atualizadíssimo e minucioso, é-nos dado ao findar das grandes unidades do volume, por subtemas e por países. A orientação é completa, abrangendo repertórios bibliográficos, livros, artigos em periódicos e documentos oficiais. À parte do livro, pode esta Bibliografia por si só constituir um excelente guia para estudos políticos americanos.

Jacques Lambert, o notável autor de *Os dois Brasis* (Brasiliãna, 335, 2a. edição 1967), que já mostrara naquela obra o profundo conhecedor e, igualmente, profundo interessado em nossos problemas continentais, confirma com êste livro, acima de tudo político, sua capacidade de análise e de julgamento, sem par na bibliografia referente a tema de tão grande atualidade.

MANOEL LELO BELLOTTO

* * *

LAPA (José Roberto do Amaral). — *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo. 1968. Companhia Editôra Nacional. Coleção Brasiliãna nº 336. XXI + 382 páginas.

De *A Bahia e a Carreira da Índia*, a importante obra do Professor José Roberto do Amaral Lapa, praticamente já se disse o que merecia ser dito. Boxer, Mollat, Chaunu, Iglésias, entre outros, grandes historiadores brasileiros e estrangeiros, todos especialistas no campo da História Econômica, manifestaram-se, não regateando louvores ao exaustivo trabalho de pesquisa que o historiador campineiro empreendeu e que acaba de ser publicado como volume 338 da importante coleção "Brasiliãna", um trabalho que, antes de tudo, revelou coragem, "coragem de se meter por um campo mal desbravado antes", como dêle disse o eminente historiador português Serafim Leite. E ainda na apreciação do ilustre jesuíta é que encontramos a melhor recompensa para o trabalho de Amaral Lapa: o seu livro "vai constituir para o futuro a baliza número um". Resistindo à sedução de assuntos mais fáceis, com documentação mais acessível e que, certamente, serviria de sobejo para a finalidade a que se propôs, Amaral Lapa preferiu enveredar por uma senda mais áspera, valorizando extraordinariamente o título que pretendeu com o trabalho. Produziu uma obra que ficará na bibliografia histórica brasileira, "padrão de trabalho histórico, impondo-se pelo tema, pelo método, pela pesquisa, pela inteligência", como dela disse o professor Francisco Iglésias, da Universidade de Minas Gerais.

Considero um dos maiores títulos de minha já longa carreira de professor universitário o ter participado do juri que apreciou públicamente o trabalho de Amaral Lapa, pois originalmente êle foi apresentado como tese para o seu doutoramento em História, e eu me recordo com alegria daquela memorável tarde de 22 de abril de 1966 na Faculdade de Filosofia de Marília, quando, na companhia honrosa de Sérgio Buarque de Holanda, Francisco Iglésias, Olga Pawlaleão e do saudoso Wanderley Pinho, demonstramos, de público, nosso regozijo pelo trabalho que nos era oferecido a exame e apreciação. Um colega de Universidade, referindo-se ao trabalho de Amaral Lapa, estranhou: "Um trabalho tão importante para um simples doutoramento?" Sim. O caso é que Lapa, valorizando imensamente êsse "simples" doutoramento, deu uma lição de mestre a muita gente que, em busca de um carreirismo fácil, não tem titubeado em cometer as maiores "vigarices" não só em doutoramentos, mas o que é mais grave — até em concursos de cátedra! Essa a grande lição de Amaral Lapa: para o seu noviciado em História, apresentou obra de mestre, começando por onde a maioria acaba, ou melhor, por onde a maioria ... nem chega a atingir.

Apresentando *A Bahia e a carreira da Índia*, escreve Américo Jacobina Lacombe, responsável pela coleção "Brasiliãna": "Eis aqui um livro que enche de